

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE BIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

KÁSSIA CRISTINA PEREIRA SILVA

**PERCEPÇÕES DE UM INTÉRPRETE EDUCACIONAL SOBRE O ENSINO E A
APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Uberlândia

2019

KÁSSIA CRISTINA PEREIRA SILVA

PERCEPÇÕES DE UM INTÉRPRETE EDUCACIONAL SOBRE O ENSINO E A
APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Instituto de Biologia, da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Prof. Ariádine Cristine de Almeida

Uberlândia

2019

KÁSSIA CRISTINA PEREIRA SILVA

PERCEPÇÕES DE UM INTÉRPRETE EDUCACIONAL SOBRE O ENSINO E A
APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Instituto de Biologia, da Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia, 3 de dezembro de 2019.

Banca examinadora

Profª. Dra. Renata Carmo de Oliveira

Profª. Dra. Viviane Rodrigues Alves de Moraes

RESUMO

Socialmente, sabemos que há projetos em todo o mundo que tentam, de maneira ineficiente muitas das vezes, trabalhar em conjunto para promover a igualdade social, econômica e pessoal de pessoas com deficiência. Apesar do constante investimento do governo e da sociedade em geral, sabemos que inserção de pessoas com necessidades especiais tem sido um trabalho contínuo e árduo ainda nos dias de hoje, principalmente considerando-se o contexto escolar. Nesse estudo, objetivou-se identificar as interações entre estudantes com deficiência auditiva, professores regulares e intérprete educacional durante algumas aulas, bem como as estratégias utilizadas pelo intérprete a fim de minimizar o distanciamento entre os estudantes e o processo de ensino e aprendizagem no ensino médio. Para isso, acompanhamentos de aulas foram realizados de modo a compreender melhor tais interações, com foco central na relação entre o intérprete educacional e os estudantes surdos. Além disso, um questionário foi entregue ao intérprete com o objetivo de identificarmos seu posicionamento quanto a inclusão desses estudantes no real contexto da escola. De maneira geral, poucos foram os momentos de interação entre os professores regulares e os estudantes com deficiência auditiva, principalmente àqueles das exatas, evidenciando a necessidade de um trabalho conjunto entre estes e o intérprete educacional, ou até mesmo de possibilidades para sua capacitação e formação continuada centrada na Educação Especial. Por outro lado, as interações entre o intérprete e os estudantes superaram o contexto escolar. Além de buscar alternativas para aproximar os conteúdos ministrados e o entendimento dos mesmos, principalmente em avaliações, relações de amizade e de respeito eram nítidas. Assim, os resultados aqui obtidos ressaltam a importância de repensarmos sobre o verdadeiro significado da inclusão em todos os níveis da educação, abrangendo os cursos de formação docente inicial e continuada, a responsabilidade e os incentivos do governo para com a Educação Especial, o apoio da família dos estudantes com qualquer tipo de deficiência, e o acolhimento de toda a sociedade.

Palavras-chave: Avaliação. Estratégias de ensino. Inclusão.

ABSTRACT

Socially, we know that there are projects around the world that often, inefficiently, try to work together to promote the social, economic and personal equality of people with disabilities. Despite the constant investment of the government and society in general, we know that the insertion of people with special needs has been a continuous and hard work even today, especially considering the school context. This study aimed to identify the interactions between students with hearing impairment, regular teachers and educational interpreter during some classes, as well as the strategies used by the interpreter in order to minimize the distance between students and the teaching and learning process in high school. For this, class accompaniments were conducted in order to better understand such interactions, with a central focus on the relationship between the educational interpreter and deaf students. In addition, a questionnaire was applied to the interpreter to identify their position regarding the inclusion of these students in the real context of the school. In general, there were few moments of interaction between regular teachers and students with hearing impairment, especially those of the exact ones, highlighting the need for a joint work between them and the educational interpreter, or even possibilities for their qualification and training continued focusing on Special Education. On the other hand, the interactions between the interpreter and the students surpassed the school context. In addition to seeking alternatives to approximate the contents taught and their understanding, especially in evaluations, friendship and respect relationships were clear. Thus, the results obtained here underscore the importance of rethinking the true meaning of inclusion at all levels of education, including initial and continuing teacher training courses, government responsibility and incentives for Special Education, family of students with any kind of disability, and the welcome of the whole society.

Keywords: Evaluation. Inclusion. Teaching strategies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
1.1	Educação especial e inclusão.....	6
1.2	Surdez, e a Aprendizagem.....	8
1.3	O intérprete educacional.....	9
2	OBJETIVOS.....	12
2.1	Objetivos geral.....	12
2.2	Objetivos específicos.....	12
3	METODOLOGIA.....	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4.1	Diário de Campo.....	14
4.2	Percepções do intérprete educacional.....	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	REFERÊNCIAS.....	22
	APÊNDICE A.....	25

1 INTRODUÇÃO

1.1 Educação especial e inclusão

Sabemos que desde o princípio da socialização do mundo, a gestão e administração de um governo tem papel fundamental na elaboração de estratégias que garantam os avanços da população. Assim, a inclusão tem tomado cada vez mais destaque no estabelecimento de diretrizes que garantam a igualdade e o acesso de pessoas com deficiência nos mais amplos contextos.

No contexto educacional, apesar dos inúmeros investimentos adotados por representantes de vários países muitas vezes considerados referências na educação, como por exemplo, a Finlândia, a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, ainda é um paradigma para toda a sociedade (CAMARGO, 2017).

A inclusão social ganhou visibilidade entre os anos de 1970 e 1980 quando, inicialmente, o mundo ocidental foi o precursor dessa ação ao impulsionar grandes movimentos, que iam além dos padrões impostos pela igreja católica, fazendo com que pessoas deficientes pudessem ser analisadas por equipes médicas (FERREIRA, 1994). Após esse acontecimento, o processo de pessoas com deficiência nas mais diversas instâncias começa a “evoluir”. Ainda assim, o acesso ao conteúdo educacional por esse grupo de pessoas era realizado de maneira separatista e em instituições domiciliares (PARANÁ, [2016]).

As primeiras evidências relacionadas à Educação Especial foram descritas pelo educador Jean Marc Gaspard Itard em 1802, responsável pela convivência com Victor de Aveyron (PARANÁ, [2016]). Victor tinha uma deficiência mental grave, a partir da qual suas atitudes se assemelhavam ao comportamento animal de lobos e, desde o seu primeiro contato com Itard, o menino-lobo, como era chamado, foi reeducado e socializado levando em consideração as particularidades de sua deficiência. Apesar de ainda serem pautas para opiniões controversas, as técnicas de Itard ainda são muito referenciadas nos dias atuais, entretanto deve-se considerar que tais estão inseridas em um contexto dos primórdios da educação.

No Brasil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, juntamente com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, considera pessoas com deficiência, aquelas que apresentem alterações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais que possam prejudicar ou interferir na relação com outros cidadãos. Mas antes disso, a situação dos deficientes no Brasil passou por inúmeras trajetórias que permitiu esse avanço na conquista dos direitos humanos pelos deficientes físicos.

O primeiro grande marco para esse avanço, foi o decreto estabelecido no ano de 1948 na Declaração Nacional dos Direitos Humanos. No artigo IV, a Assembleia geral proclamou que todos os indivíduos são iguais e diante da lei, tem as mesmas formas de proteção contra qualquer discriminação.

No ano de 1978, a primeira Constituição Brasileira também foi enfática ao garantir às deficientes melhorias sociais econômicas e também garantia de ensino gratuito, segundo grande avanço em escala para a população deficiente brasileira. (NOGUEIRA, 2006).

Já no ano de 1988, com a criação de uma nova constituição, mais uma vez o Brasil estabeleceu termos para garantir os direitos deficientes ao legal a obrigação do governo em garantir acesso dos deficientes físicos a escola regular e também a diversos avanços no contexto escolar, inclusive para a formação profissional até chegarmos a definição da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que ampliou e melhor definiu os direitos e deveres do cidadão portador de deficiência física no contexto social.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

No ano de 2010, aproximadamente 6,5% da população apresentou algum tipo de deficiência de acordo com o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), número esse que tem avançado simultaneamente com o crescimento populacional. Em 2015, esse número chegou a abranger aproximadamente 23% da população brasileira (IBGE, 2015), sendo tal porcentagem também expressiva nas escolas públicas como demonstrado na figura abaixo:



Figura 1 - Percentual de estudantes com deficiência inclusos nas classes de ensino.

Fonte: (INSTITUTO UNIBANCO, 2016, p. 2).

Ainda assim, sabe-se que apesar de estudantes com necessidades especiais frequentarem cada vez mais as salas de aula, estes enfrentam diariamente inúmeras arestas, principalmente se tratando da educação pública. O principal motivo da “falsa inclusão” relaciona-se à ausência de capacitação de professores para incluírem tais estudantes em suas aulas, bem como dos demais estudantes que não apresentam necessidades especiais em acolher, compreender e conviver com as diferenças, a fim de favorecer um espaço de construção mútua do conhecimento (OLIVEIRA, 2016). Por isso a necessidade de se qualificar o corpo docente e demais funcionários das escolas, além de ampliar o diálogo sobre esta questão com todos os estudantes e, sobretudo, avaliar constantemente as metodologias adotadas pela escola para inclusão e avaliação de rendimento dos estudantes com necessidades especiais, é urgente.

Na atualidade, grandes nomes como Maria Tereza Mantoan, 2003, destacam sob a atual gestão e todo o processo de estada de estudantes portadores de necessidades especiais em dois conceitos inteiramente opostos, mas que são identificados com total liberdade na sociedade. Inclusão e Integração. Segundo Mantoan, o movimento em prol da associação das pessoas em fase integrativa começou por volta dos anos 70 onde foi ofertada a possibilidade de que as pessoas portadoras de necessidades especiais, tivessem recursos principalmente para principalmente para a movimentação nas instituições de ensino, fato esse que é observado ainda é observado nas escolas atuais. Em contrapartida, ainda nas definições de Mantoan, temos a rara percepção de inclusão que é a necessidade de além de oferecer recurso, desenvolver pessoas para que as mesmas sejam capacitadas a se desenvolverem e executar suas responsabilidades e direitos de forma justa e igualitária.(MANTOAN, 2003).

O atual modelo político brasileiro estabelece como proposta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem como objetivo principal acolher esses estudantes com necessidades especiais em horários subjacentes ao horário escolar, recepcionando-os com professores especializados, salas que comportem vários recursos com funções educativas diversas (FERREIRA; LIMA; GARCIA, 2015). Assim, por meio do AEE busca-se garantir a continuidade e o melhor desenvolvimento desses estudantes nas escolas, identificando novas metodologias de ensino que favoreçam seu aprendizado e convívio social, desenvolvendo também recursos que contribuam para o trabalho do professor em sala de aula e demais estudantes (FERREIRA; LIMA; GARCIA, 2015).

Ainda assim, as leis atuais também têm arestas que permitem que esses estudantes sejam inseridos em salas de aulas comuns sem o cumprimento da obrigatoriedade de suporte do AEE. Por isso é muito comum encontrarmos em classes de ensino médio, por exemplo, estudantes

com necessidades especiais com inúmeros problemas resultantes desse abandono da inclusão escolar desde a educação infantil e o ensino fundamental, gerando grandes consequências (INSTITUTO UNIBANCO, 2016).

1.2 Surdez, e a Aprendizagem

Nos anos 90, o voluntarismo de pessoas que compreendiam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ganhou muita evidência, mas, devido ao crescimento populacional e consequente avanço na porcentagem de pessoas com deficiência auditiva na sociedade, viu-se a necessidade de formação de pessoas que se dedicassem de forma exclusiva ao atendimento de indivíduos com surdez (DORZIAT; ARAÚJO, 2012). Esses profissionais então passaram a receber o nome de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) (QUADROS, 2004).

O TILS, comumente chamado de intérprete educacional no Brasil, tornou-se desde então, o principal intermediador de informações e conhecimento para estudantes surdos, contribuindo também no intermédio de suas relações sociais externas ao contexto escolar, visto que a maioria dos profissionais não são capacitados para tal, não havendo assim uma comunicação efetiva com esses estudantes. Além disso, o intérprete educacional necessita apresentar como competência habilidades para a criação de relação de companheirismo com os demais professores das escolas para, acima de tudo, garantir a aprendizagem dos estudantes surdos por meio de adaptações pedagógicas do conteúdo, contribuindo para a compreensão dos mesmos (ZANCANARO JUNIOR; ZANCANARO, 2016).

Atualmente, devido aos constantes estudos voltados para a relação escola-intérprete educacional e intérprete educacional-estudante, é notável que a avaliação da aprendizagem de estudantes surdos não tenha sido satisfatória (ZANCANARO JUNIOR; ZANCANARO, 2016). Segundo Fernandes (2005), esses resultados baseiam-se no fato de que tais estudantes passam a maior parte das suas vidas sociais inseridos em contextos que não trazem a LIBRAS como primeira opção de língua escrita e oral. Ou seja, de maneira geral, os estudantes surdos nascem ou pertencem à famílias ouvintes e passam seus primeiros anos escolares (ou todos eles) inseridos em instituições onde a minoria do corpo escolar domina a LIBRAS, fazendo com que suas necessidades não sejam supridas ou, em muitos casos, inserindo tardiamente uma comunicação efetiva.

Ainda assim, sabemos que não podemos relacionar o rendimento, ou sua falta, de estudantes com deficiência auditiva e a devida atuação dos intérpretes educacionais devido à inúmeros fatores, como os próprios cursos de formação docente, por exemplo. Por outro lado,

consideramos um grande avanço a presença do intérprete educacional em sala de aula, garantindo, primordialmente, o direito à diversidade linguística. Entretanto, para que a inclusão ocorra efetivamente, ainda temos um longo caminho a percorrer (ZANCANARO JUNIOR; ZANCANARO, 2016).

1.3 O Intérprete educacional

Sabe-se que nesse processo de integração ou inclusão dos estudantes surdos nas escolas, o intérprete educacional realiza inúmeras atividades que podem influenciar diretamente no processo de ensino-aprendizagem desses educandos. Mas, apesar do que é identificado hoje nas escolas, o papel do intérprete é limitado ao uso de estratégias que possam envolver o estudante surdo com as ministrações, e conseqüentemente intermediar a ação do professor regular na sala de aula para tornar o conteúdo compreensível a esses estudantes. O perfil então desses profissionais, segundo Zancanaro Junior, 2016, passa a romper em muitos casos, os limites pré estabelecidos da função e entra em estágios de estabelecimento de relações afetivas com esses estudantes. Fato esse que é muito observado na grande maioria dos contextos de relações intérprete-estudante.

O papel do intérprete educacional em muitas instituições de ensino ainda gera situações pouco desconfortáveis visto que em muitos casos, esses profissionais são confundidos como “professores dos estudantes surdos” e não apenas como instrumentos para a melhor capacitação e desenvolvimento desses educandos, como é o estabelecido, por isso, segundo SANTOS, 2010, para que as aulas sejam ministradas com total eficiência aos estudantes portadores de deficiência auditiva e para que as situações em sala de aula, ou ainda com os demais integrantes do corpo escolar, não sejam confundida, o interessante é que obedeça critérios como: o planejamento do professor junto ao professor regular, permitindo uma melhor abordagem do conteúdo além do estabelecimento de limites de cargo, além de que intérprete o mesmo apresente um perfil totalmente ligado ao sigilo profissional, discrição, distância profissional dentre outras características que permitam com que sua função seja devidamente exercida. (QUADROS, 2004).

As dificuldades do intérprete educacional começa desde a sua contratação na instituição de ensino. Por não existirem leis que respaldam a contratação desse profissional, o mesmo é incorporado na função de professor por não se enquadrar nas exigências de concursados públicos apesar de já existirem entidades que lutam em prol do reconhecimento dessa profissão.

Outro desafio encontrado em sala de aula por esses profissionais é a necessidade de desenvolvimento de sinais específicos para a aplicação nas disciplinas, principalmente para física, química e biologia. Fato esse que é diretamente ligado ao desenvolvimento dos estudantes portadores de necessidades especiais. Quanto maior a dificuldade na apresentação do conteúdo, maior a dificuldade desses estudantes na disciplina curricular. (SANTOS, DUTRA 2010).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Neste presente estudo, objetivou-se analisar a atuação do intérprete educacional no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência auditiva de uma classe de ensino médio . Tal análise baseou-se na observação das relações deste com os demais professores da escola em suas respectivas aulas e estudantes, buscando evidenciar as principais facilidades e dificuldades e como estas podem influenciar o processo de ensino-aprendizagem.

2.2 Objetivos específicos

- a) discorrer sobre a atuação do intérprete educacional no que diz respeito a tradução para os estudantes com deficiência auditiva de aulas ministradas pelos demais professores, bem como o envolvimento desses estudantes em tais aulas a fim de identificar possíveis facilidades e dificuldades na interpretação e, conseqüentemente, na compreensão dos conteúdos abordados;
- b) analisar as estratégias adotadas pelo intérprete educacional durante a aplicação de simulados, instrumento avaliativo institucionalizado pela escola, para os estudantes com deficiência auditiva, quanto ao aproveitamento destes de acordo com os conteúdos exigidos, bem como a contribuição desse professor na elaboração e aplicação de tal instrumento avaliativo;
- c) caracterizar as percepções do intérprete educacional no que diz respeito a execução de sua função, ressaltando os principais desafios e superações.

3 METODOLOGIA

O presente estudo apresenta um caráter qualitativo, visto que se trata de um estudo em que se propõe identificar e discorrer sobre as estratégias adotadas pelo intérprete educacional em sala de aula. A pesquisa foi realizada em uma escola pública na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, no período de março de 2019 à novembro de 2019.

Para a seleção da escola e participantes dessa pesquisa, prezou-se pelos critérios de presença de estudantes com deficiência auditiva e presença de intérpretes educacionais em sala de aula.

Os sujeitos dessa pesquisa são dois estudantes portadores de necessidades especiais (surdez total), ambos matriculados no 1º ano do ensino médio regular no período noturno. Ambos assalariados, filhos de pais ouvintes e um intérprete educacional, graduado em Licenciatura em Geografia e que exerce a função de intérprete á 35 anos.

A partir de observações diretas, método de pesquisa que nos permitiu um acompanhamento presencial de todo o processo em contato com a realidade, analisamos diálogos em sala de aula, e optamos também por um diário de campo, método esse que é capaz de permitir através de um contato de aproximação, uma melhor revisão de limites e oportunidades do alvo estudado. (LEWGOY,2002).

O diário de campo foi construído, para que se descreveu vivências a partir de três aulas assistidas relativas aos principais componentes curriculares; matemática, física, filosofia, sociologia e inglês. O diário de campo foi utilizado para obter informações empíricas sobre a relação dos estudantes com o intérprete educacional e o processo de ensino-aprendizagem. A descrição de tais vivências foi feita no intuito de analisar o envolvimento dos estudantes com deficiência auditiva e os conteúdos abordados em cada um dos componentes curriculares, com enfoque na relação entre os professores e o intérprete educacional, bem como o papel deste na tradução das aulas.

Além do diário de campo, um questionário (APÊNDICE A) foi elaborado e aplicado para o intérprete educacional a fim de identificar as estratégias adotadas pelo mesmo durante as aulas e tradução de conteúdo, bem como para a compreensão de seu posicionamento quanto à inclusão dos estudantes com deficiência auditiva no contexto escolar, além da caracterização dos instrumentos avaliativos do processo de ensino-aprendizagem. Esse método de investigação também foi escolhido porque permite o conhecimento de posições, opiniões, sentimentos e crenças vivências de maneira anônima, mas que pode influenciar diretamente nos resultados do trabalho. (GIL, 1999).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram desta pesquisa dois estudantes com deficiência auditiva com 19 e 22 anos de idade, ambos cursando o 1º ano do ensino médio, com o laudo de surdez total, bem como um intérprete educacional com formação em Licenciatura Plena em Geografia. É importante ressaltar que os dois estudantes têm pais ouvintes, trabalham em período integral e cursam o ensino no período noturno, sendo, portanto, impossibilitados de participarem do Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido pela escola.

Em conversa inicial com a vice-diretora, identificou-se que os estudantes frequentaram o AEE durante apenas alguns meses, porém, ao conseguirem emprego, ficaram impossibilitados de darem continuidade ao atendimento. O que, possivelmente, gerou algum impacto negativo no progresso e desenvolvimento desses estudantes. Fato esse que evidencia a importância de se discutir a realidade dos estudantes com suas inúmeras necessidades antes da aplicação de políticas educacionais, para que estas não se tornem apenas conceitos e diretrizes unidirecionais e sem eficiência. (KASSAR,2012).

4.1 Diário de Campo

Desde o início das observações em sala de aula, o intérprete educacional mostrou-se sempre muito engajado independentemente do componente curricular. Em conversas particulares com o mesmo, que já atuava há cerca de 35 anos na sua atual função, dizia que toda a motivação que ele tinha no início da carreira viera abaixo em função das tentativas frustradas do governo em promover a inclusão por meio da Educação Especial, porém desconsiderando todas as suas particularidades bem como do próprio ensino regular.

As estratégias adotadas pelo intérprete educacional durante todo o período de observação para a coleta dos dados do presente estudo foram inusitadas. Em vários momentos, quando os estudantes apresentavam uma maior dificuldade durante as aulas, o intérprete retomava conteúdos básicos antes mesmo de traduzir o que estava sendo contextualizado pelo professor regular, de maneira que os estudantes pudessem compreender o(s) conteúdo(s). Logo, percebeu-se que a relação entre o intérprete educacional e os estudantes com deficiência auditiva não era apenas escolar, mas uma relação de grande amizade. Os estudantes mostravam-se bem íntimos do profissional, realizando brincadeiras e falando sobre assuntos pessoais o tempo todo, fato esse que é discutido por diversos autores, os quais destacam que a relação intérprete-estudante muitas vezes ultrapassa o ambiente escolar devido ao nível de conexão que

é estabelecido por esses indivíduos nas escolas, principalmente quando o intérprete se torna o principal motivador desses estudantes e o principal demonstrador de sentimentos e emoções, o que rapidamente pode estabelecer conexões intensas entre ambos.(ALBRES,2018).

Considerando os professores regulares, a relação do pôde ser considerada harmônica. Observou-se que praticamente durante todo o tempo de aula, os estudantes mostravam-se hora copistas hora dispersos, momentos estes que o intérprete educacional intervia, traduzindo assim o conteúdo abordado, apresentando exemplos voltados para o cotidiano dos estudantes de acordo com sua vivência com os mesmos. Exemplo disso foi durante aula de física, enquanto o professor regular explicava os tipos de força centrípeta e centrífuga, o intérprete fazia associações exemplificando a colisão de um carro.

Durante as aulas dos componentes curriculares exatos, percebeu-se bastante interação entre o intérprete educacional e os professores regulares, principalmente durante as aulas de física, quando o próprio intérprete fazia várias perguntas para compreender melhor o assunto, porém, o mesmo não foi observado entre os estudantes, os quais se mantinham apáticos. Por outro lado, em algumas aulas como aquelas sobre força centrífuga e centrípeta, nas quais os exemplos dados pelo professor regular e traduzidos pelo intérprete eram de fácil compreensão, como “carro que tende a capotar” ou ainda “o carro que gira em acidentes”, os estudantes mostravam-se muito interessados e faziam perguntas voltadas para a situação em si, citando exemplos próximos.

Nas aulas de matemática notou-se uma grande dificuldade dos estudantes em compreender a relação entre os números e as quatro operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão). E, quanto mais o professor regular se aprofundava em sua explicação e conteúdo, maiores eram as dificuldades. Exemplo disso foi o vivenciado em sala de aula, quando o professor regular explicava “potenciação”. Ao descrever o número 2^2 (dois ao quadrado), um dos estudantes surdos transcreveu em seu caderno o número 22, informando ao intérprete que o mesmo estava errado com relação à sua tradução. Logo o intérprete explicou o porquê do número dois sobrescrito, tendo como retorno de tal estudante que aquele conteúdo era muito difícil. De maneira geral, percebeu-se que os estudantes se dispersavam com maior facilidade durante os componentes curriculares exatos, evidenciando assim uma maior dificuldade de interpretação e associação. Interessantemente, o mesmo é observado para em análises de estudantes que não apresentam necessidades especiais, estudos, mostrando que estudantes em geral apresentam diferentes níveis de dificuldade com relação aos componentes curriculares exatos, como a falta de interesse devido a complexidade dos conteúdos, a falta de incentivo familiar para a busca de resoluções de questões, além da metodologia imposta por

alguns professores que ainda preferem ministrar aulas totalmente tradicionais, muitas vezes distantes da realidade desses estudantes, tornando sua relação utópica.

Os estudantes também apresentaram certo desinteresse nas aulas dos componentes sociologia e filosofia. Ao longo das observações nessas aulas, percebi que isso se dava pelo grau de distanciamento dos conteúdos. Em uma das aulas de sociologia, o estudante chegou a questionar o professor se Platão ainda estava vivo e, quando respondido que não, pediu para ver uma foto dele. Logo o intérprete educacional mostrou uma imagem do filósofo ao estudante que, ao verificar suas vestimentas, conclui que não pertencia a época atual, afirmando ao intérprete o mesmo que o professor regular havia dito, que Platão já havia falecido. Em sociologia, uma das raras interações aconteceu quando o professor regular debateu com os estudantes a greve dos caminhoneiros em 2018. Imediatamente, o estudante surdo mostrou-se bem interessado no assunto e ainda citou exemplos de como a greve afetou sua rotina.

Já em relação ao componente curricular de biologia, os estudantes contavam com professores em formação inicial, os estagiários, durante a conclusão do semestre. Inicialmente, as aulas ministradas pelos estagiários eram vastas de informações descritas e de esboços de desenhos de células e organelas de acordo com o conteúdo abordado, então, mais uma vez, a situação de cópia desses estudantes foi observada. O intérprete educacional demonstrava bastante dificuldade na tradução de tal conteúdo, principalmente de termos técnicos e científicos, os quais ainda não apresentam códigos específicos em LIBRAS. Assim, percebeu-se que em decorrência dessa dificuldade, os estudantes com deficiência mostravam-se pouco interessados, sendo tal comportamento percebido pelo estagiário. Assim, nas aulas seguintes, notou-se o maior uso de recursos visuais, estratégia adotada com o intuito de aproximar os estudantes e o conteúdo ministrado. Como resultado, percebeu-se uma evolução no interesse desses estudantes pelas imagens apresentadas, mas logo voltávamos às cópias já que estes mostravam-se mais interessados em copiar o conteúdo do que estabelecer relação com o intérprete e o estagiário.

Considerando um dos instrumentos avaliativos utilizados pela escola e analisado aqui, o simulado, observou-se que houve certa adaptação para aplicação do mesmo aos estudantes com deficiência auditiva. Atualmente, o simulado é composto por 80 questões fechadas, sendo aplicado durante dois dias consecutivos. No primeiro dia são aplicadas as questões dos componentes de humanas, sendo história, geografia, sociologia e filosofia, e no segundo dia aplica-se questões de exatas e ciências da natureza, sendo matemática, física, química e biologia. Cabe aos estudantes surdos responderem apenas metade da prova, ou seja, 40 questões no total. Porém, em várias ocasiões este número mínimo não foi atingido. Conforme

mencionado pelo próprio intérprete educacional, este também apresentou grande dificuldade durante a aplicação do simulado. Este, se dispôs a realizar técnicas muito importantes como a avaliação assistida durante a aplicação do simulado. Tal técnica permite que o estudante tenha um acompanhamento individual do examinador, o qual tem a possibilidade de identificar as principais sensibilidades do avaliado (LINHARES, 1996). O intérprete se empenhava muito para que os estudantes pudessem compreender as questões do simulado, retomando os aprendizados em sala de aula. Mas, além da grande dificuldade dos estudantes, também foi percebido que o tamanho das questões influenciava diretamente tanto na compreensão dos estudantes quanto na interpretação e tradução do intérprete.

Os estudantes resolvem o simulado juntamente com o intérprete educacional sendo direcionados para a sala dos professores, local reservado e distante dos demais estudantes. Geralmente outro professor auxilia o intérprete educacional na aplicação e resolução do simulado, mas quando isso não é possível, ele acaba trabalhando sozinho, o que implica em um tempo maior para explicação de questões específicas de cada componente curricular. Assim, as questões são traduzidas uma por vez para os estudantes, prosseguindo-se para a próxima apenas após total compreensão e conclusão da resposta da questão anterior.

A partir das observações destacadas acima, nota-se que a logística abordada pelo intérprete reflete diretamente na compreensão dos estudantes durante a resolução do simulado. Houveram tempos distintos de conclusões de respostas, com um alto nível de desconcentração durante a resolução das questões, o que interferiu diretamente no tempo de aplicação do simulado. Tempo esse que também foi diretamente impactado pelo tamanho e pela dificuldade de interpretação das questões. Mas nesse período, o envolvimento, cuidado e preocupação do intérprete educacional para com os estudantes e com a aplicação do simulado foi notório. Em alguns momentos, observou-se que os estudantes se interessaram por alguns conteúdos abordados em alguns componentes curriculares, como por exemplo contextos abordados em sociologia e, com o auxílio do intérprete educacional, chegaram a estruturar conceitos que remetiam às aulas assistidas, mas, por não compreenderem efetivamente o enunciado, acabavam respondendo alternativas aleatórias. As diversas metodologias estudadas para a abordagem do conteúdo programático escolar para os surdos apresentam vantagens e desvantagens, uma delas é a comunicação total que representa o aprendizado do surdo de forma que sentimentos e percepções desses estudantes são levados em consideração, porém, para que esse método seja efetivo, novamente voltamos à estaca de que é necessário que o estudante tenha em algum momento o conteúdo programático básico adquirido para que as associações do conteúdo com a realidade sejam efetivos (KALATAIA, 2012).

4.2 Percepções do Intérprete Educacional

Durante a aplicação do questionário e até mesmo em outras conversas informais com o intérprete educacional durante o período de observação em sala de aula, a insatisfação do mesmo com as diversas tentativas de inclusão de estudantes com deficiência do governo nas escolas era perceptível. Ele sempre enfatizava que:

“O problema não estava na deficiência dos estudantes, pois se eles tivessem o apoio necessário desde a sua formação inicial, teriam capacidade assim como qualquer outro estudante em dar sequência em suas formações futuras.”.

Sobre o questionário, a primeira questão foi: “Como é o seu planejamento com os demais professores no que diz respeito às aulas a serem ministradas?”. Por meio desta, buscou-se identificar o grau de interação do intérprete com os demais professores para o desenvolvimento de atividades ou materiais antes das aulas. A resposta dada pelo intérprete foi:

“Não temos o momento de planejamento. Mas durante as aulas sempre procuro esclarecer as dúvidas dos estudantes junto com os professores.”.

O que demonstrou que as adaptações do intérprete são inteiramente dinâmicas e aprimoradas por ele. Esse tipo de planejamento prévio é demonstrado em diversos estudos como sendo essencial para o bom aproveitamento das aulas e principalmente para listagem de possíveis estratégias que auxiliem no processo de ensino- aprendizagem (SCHEWTSCHIK, 2017).

A segunda questão foi: “Considerando sua formação, comente sobre as dificuldades e facilidades que encontra na tradução de conteúdo específicos dos componentes curriculares ministrados (português, matemática, biologia, história, geografia, inglês, sociologia, filosofia, artes) para a linguagem de sinais?”. O objetivo desta foi, principalmente, compreender o posicionamento do intérprete quanto as dificuldades encontradas na tradução dos conteúdos de tais componentes. A resposta dada foi:

“O ponto mais limitante é a falta de vocabulário para as disciplinas que não tem sinais adequados. Matemática, física, biologia, química....inglês também temos uma dificuldade ainda maior porque o estudante já tem o português como uma segunda o inglês então passa a ser a “terceira língua do estudante. Na biologia, a dificuldade é quando o desenho é micro e eles não conseguem associar com o conceito atual, por exemplo uma hemácia. Isso se torna muito diferente da realidade do estudante. Para filosofia e sociologia, a necessidade que percebemos é que os estudantes não são alfabetizados a ponto de entender as relações.”.

A dificuldade de compreensão dos estudantes surdos com relação aos componentes curriculares exatos pode estar relacionada a falta de recursos didáticos adaptados, por exemplo, para oferecer maneiras palpáveis de aprendizado para os mesmos. Por se tratar de conteúdos lógicos, requerendo, de maneira geral, uma maior concentração dos estudantes, é fundamental o uso de materiais que estimulem os estudantes e tornem acessível o conteúdo. Além disso, o despreparo de professores regulares quanto a ministração de aulas para estudantes com deficiência auditiva e a ausência de planejamento em conjunto com o intérprete educacional também compromete a tradução e compreensão prioritariamente do intérprete e secundariamente dos estudantes (OLIVEIRA, 2011).

Na terceira questão, “Na sua opinião, apenas a tradução de conteúdo específicos para a linguagem de sinais é eficiente para a aprendizagem dos estudantes? Você utiliza outras estratégias? Comente. ”, a resposta do professor foi:

“Quando o estudante tem conhecimento está equivalente a ano em que está matriculado o estudante tem as mesmas chances de um estudante considerado "normal". A surdez não é o impedimento, é a bagagem que o estudante tem. ”

A “bagagem” que o estudante surdo trás de níveis anteriores de escolaridade reflete inteiramente na continuidade que terá. No ensino fundamental, por exemplo, ainda nota-se uma grande necessidade de investimentos. A falta de intérpretes educacionais, de salas multimídias ou recursos específicos para esses estudantes torna-se um dos grandes motivos pela educação de pouca qualidade (ARAÚJO, 2016).

A quarta questão foi –“Sabendo que o Simulado é o instrumento avaliativo de maior pontuação, qual sua opinião sobre a aplicação do mesmo aos estudantes surdos e seu rendimento? ”. Nesta, o professor disse:

“Na realidade atual com estudantes que não são alfabetizados, o simulado é ineficiente. Provas como português, não faz sentido porque é uma outra linguagem, filosofia e sociologia são conceitos muito abstratos. Sociologia, em casos onde não são conceitos abstratos e mais reais, como greve dos caminhoneiros, ainda conseguimos discutir. Na prova de inglês conseguiram retirar uma boa nota porque tinham bastantes desenhos mesmo assim não surte efeito.”

O uso de imagens é um importante recurso utilizado como formas de adaptação em atividades para surdos. Nas escolas, a exposição desses recursos auxilia principalmente na alfabetização e compreensão de conteúdos. Apesar dessa do avanço notório em atividades de cunho visual, a exposição de imagens nas aulas, avaliações e exposições nas escolas necessitam

ser devidamente planejados para seu efetivo aproveitamento no ensino (LEÃO; SOFIATO; OLVEIRA, 2017).

E por fim, na última questão, a qual foi “Considerando sua participação ativa e envolvimento com tais estudantes, qual sua opinião sobre a avaliação da aprendizagem destes. Tem alguma sugestão para aprimoramento de tal? ”, a resposta do intérprete educacional foi:

“A escola como um todo chegou a conclusão de que é necessário investir em algo que eles consigam aprender e levar para a vida. Assim, voltamos as séries iniciais para que eles possam cumprir as etapas. A sugestão é que o AEE volte ao início. Na sala de aula regular, creio que eles estão aqui apenas para socializar. Como sugestão, seria o modelo vivenciado nos estados unidos (modelo Gallaudet). Pelo pré-natal, a mãe descobre que a criança é surda é estimulada a se desenvolver desde os primeiros dias. Creio que a alfabetização dos surdos deve ter base com o “Português para estrangeiros” mas com um “gesto visual” devido à dificuldade.”.

A Universidade Gallaudet apresenta um método de grande revolução em Washington nos Estados Unidos. A instituição é exclusiva para surdos e acompanha os estudantes desde o ensino fundamental até a fase adulta, quando são capacitados profissionalmente. O método utilizado pela universidade tem revolucionado a educação inclusiva nos Estados Unidos, levando os estudantes a terem seu desenvolvimento educacional comparado a estudantes sem deficiência (EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2012).

Considerado dos resultados obtidos conclui-se que na visão do interprete, a grande necessidade de aprimorarão nos estágios educacionais iniciais desses estudantes para que os mesmos tenham condições de serem avaliados e desenvolvidos em todos os níveis de educação. Além disso, observa-se com os relatos do interprete que em sua visão, outra grande necessidade é manter recursos desenvolvidos especialmente para esses estudantes em todos os níveis escolares para que assim, esses estudantes possam ter a construção do conteúdo de acordo com as suas necessidades individuais, tornado assim a inclusão escolar justa e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível observar que o processo de ensino-aprendizagem para estudantes com deficiência auditiva ainda passa por inúmeras dificuldades, as quais são corroboradas na visão do intérprete educacional. Dentre os principais obstáculos estão a não alfabetização correta e a falta de estrutura pessoal e física para esses estudantes ao longo de toda a sua formação, desde os anos iniciais até os finais. Assim defasagem de métodos inclusivos pode ser uma das principais causas no desenvolvimento e progresso destes estudantes no ensino médio.

Na visão do intérprete educacional, se o estudante com deficiência auditiva for estimulado desde a descoberta de seu diagnóstico a participar e desenvolver habilidades educativas e inclusivas, como por exemplo, a inserção da língua portuguesa e da LIBRAS, bem como o maior contato com situações que possam estimular seu raciocínio lógico, alguns desafios poderão ser minimizados, resultando assim em um melhor desenvolvimento e real inclusão destes estudantes não apenas no âmbito escolar.

Para fim desses resultados, esse trabalho também foi alvo de levantamentos de situações que englobam dois conceitos muito importantes nessa caminhada pela inclusão nas escolas: inclusão ou integração. Cada vez mais, e com o resultado apresentado e detalhado nesse projeto, percebemos que a inclusão, que é a forma de garantir direitos e deveres á pessoas portadoras de deficiência física oferecendo recursos que de fato garantam o bem-estar dessas pessoas, não tem sido atingido em vários contextos sociais, inclusive nas escolas. O que se espera e se observa que acontece na sociedade em geral é a integração dessas pessoas que apesar de oferecer espaço para que o deficiente físico consiga acessar diversos ambientes, as adaptações ás execução particular de cada um não tem sido garantida em integridade. Para os estudantes mencionados nessa pesquisa, concluímos que mais uma vez, o modelo interação está cada vez mais presente visto que em nenhum momento foi identificada a relação da escola com o tipo de vida do estudante, fato esse que nos revela o quanto ainda estamos longe, como escola de um modelo concreto de inclusão nas instituições.

Por fim, esperamos que o presente trabalho possa inspirar professores regulares, intérpretes educacionais e instituições de ensino a não se contentarem com o atual contexto da Educação Especial em nosso país, buscando assim caminhos que impulem uma inclusão verdadeiramente efetiva para receber e motivar os estudantes a continuarem a buscar cada vez mais seu desenvolvimento nas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino; RODRIGUES, Carlos Henrique. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.16-41, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v13n3/2176-4573-bak-13-03-0015.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

ARAÚJO, Francisco Roberto Diniz. A inclusão do educando surdo no ensino fundamental: desafios nas escolas públicas do município de São Bento – PB. *In: Fórum Internacional de Pedagogia*, 8., 2016, Imperatriz. **Anais [...]**. Imperatriz: [s. n.], 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA6_ID16_16092016022237.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

ATENDIMENTO educacional especializado. Passo Fundo: [s. n.], 2008. Disponível em: http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/AEE_Apresentacao_Completa_01_03_2008.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Enem 2017 oferece novos recursos para alunos surdos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/48321-enem-2017-oferece-novos-recursos-para-alunos-surdos>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência e Cultura**, Bauru, v. 23, n. 1, jan./mar. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320170010001>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001. Acesso em: 29 nov. 2019.

CYSNE, Diogo. Constituição de 1988. *In: INFOESCOLA*. **INFOESCOLA: navegando e aprendendo**. [S. l.], [2018]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DORZIAT, Ana; ARAUJO, Joelma Remígio de. O intérprete de língua de sinais no contexto da educação inclusiva: o pronunciado e o executado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 3, p. 391-410, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000300004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382012000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 nov. 2019.

DURHAM, Eunice. Uma política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p. 153–79, dez. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000300009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300009. Acesso em: 20 jun. 2018.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Universidade Gallaudet: ampliando os horizontes para os surdos**. [S. l.]: Departamento de Estado dos Estados Unidos,

2012. Disponível em:

https://photos.state.gov/libraries/amgov/133183/russian/P_Gallaudet_University_Widening_Horizons_for_the_Deaf_Portuguese.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

FERREIRA, Simone de Mamann; LIMA, Eloisa Barcellos de; GARCIA, Fernanda Albertina. O Serviço de Atendimento Educacional Especializado/AEE e Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/14993/17828>. Acesso em: 29 nov. 2019.

GARCIA, Vera. Quem e quantas são as pessoas com deficiência no Brasil? *In*: GARCIA, Vera. **Deficiente eficiente: o blog da inclusão e cidadania**. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/quem-e-quantas-sao-as-pessoas-com-deficiencia-no-brasil.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.

INSTITUTO UNIBANCO. Equidade: inclusão aumenta, mas acesso ao ensino médio ainda é desafio. **Aprendizagem em Foco**, [s. l.], n. 15, ago. 2016. Disponível em:

https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Aprendizagem_em_foco-n.15.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

KALATAI, Patricia; STREIECHEN, Eliziane Manosso. **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil**. Guarapuava: [s. n.], [2019]. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

LARANJEIRA, Denise Helena P.; FREITAS TEIXEIRA, Ana Maria. Vida de jovens: educação não-formal e inserção socioprofissional no subúrbio. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, 2008.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa; SOFIATO, Cássia Geciauskas; OLVEIRA, Margarete de. **Revista de Educação**, Campinas, v. 22, n. 1, 2017. A imagem na educação de surdos. 2017. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v22n1a3931>. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3931>. Acesso em: 29 nov. 2019.

LINHARES, Maria Beatriz Martins. Avaliação assistida em crianças com queixa de dificuldade de aprendizagem. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, abr. 1996.

Disponível em:

http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA2_ID11144_19082016100919.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

OLIVEIRA, Felipe Ferreira. A obrigatoriedade escolar e sua falsa inclusão democrática. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Natal. **Anais [...]**. Natal: [s. n.], 2016. Disponível em:

http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA2_ID11144_19082016100919.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

OLIVEIRA, Inácio Antônio Athayde. O processo de ensino e aprendizagem de matemática para estudantes surdos na perspectiva da educação inclusiva na rede pública do Distrito Federal. 2011. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26724_13673.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

PARANÁ. Governo do Estado. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-pedagógicas**. Curitiba: Secretaria de Educação, [2016]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001. Acesso em: 29 nov. 2019.

REIS, Ana Paula dos. **Dificuldades dos estudantes nas disciplinas de exatas no ensino médio**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14121/1/2016_AnaPauladosReis_tcc.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, v. 2, p. 35-50, 2007.

SILVEIRA, Daniel; CAVALLINI, Marta; GAZZONI, Marina. Desemprego é maior entre jovens, mulheres e trabalhadores sem ensino superior. In: **GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES. G1**. São Paulo: Globo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/desemprego-e-maior-entre-jovens-mulheres-e-trabalhadores-sem-ensino-superior.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2018.

STEFANO, Fabiane. Campeã em educação, Finlândia agora exporta seu modelo. **Exame**, São Paulo, 2 nov. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-valor-da-educacao/>. Acesso em: 19 jun. 2018.

ZANCANARO JUNIOR, Luiz Antonio; ZANCANARO, Tatiane Maria Lui. A atuação dos intérpretes de Libras com educandos surdos no ensino fundamental. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 54, jan./abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17734>. Acesso em: 29 nov. 2019.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AO INTÉRPRETE EDUCACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CURSO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

PESQUISADORAS ENVOLVIDAS: Graduanda Kássia Cristina Pereira Silva, Profa. Ariádine Cristine de Almeida

OBJETIVO: Caracterizar a atuação do professor-intérprete no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência auditiva uma classe de ensino médio.

QUESTIONÁRIO

Nome:

Idade:

Graduação (nome do curso):

Ano de formação:

Pós-graduação (nome do curso):

Stricto sensu ()

Lato sensu ()

Ano de formação:

Tempo de trabalho:

Tempo de trabalho como professor intérprete:

1) Como é seu planejamento com os demais professores no que diz respeito às aulas a serem ministradas por estes, os respectivos conteúdos e atividades propostas?

***Interação entre os professores e o professor intérprete.**

2) Considerando sua formação, comente sobre as dificuldades e facilidades que encontra na tradução de conteúdos específicos dos componentes curriculares ministrados (Português, Matemática, Biologia, História, Geografia, Inglês, Sociologia, Filosofia, Artes) para a linguagem de sinais.

3) Na sua opinião, apenas a tradução de conteúdos específicos para a linguagem de sinais é eficiente para a aprendizagem dos estudantes? Você utiliza outras estratégias? Comente.

4) Sabendo que o “Simulado” é o instrumento avaliativo de maior pontuação, qual sua opinião sobre a aplicação do mesmo aos estudantes surdos e seu rendimento?

5) Considerando sua participação ativa e envolvimento com tais estudantes, qual sua opinião sobre a avaliação da aprendizagem destes. Tem alguma sugestão para aprimoramento de tal?